Industrialização, urbanização e formação de classe em Volta Redonda (1945-1979): do fim do Estado Novo aos tempos da ditadura

Eduardo Ângelo da Silva

Leonardo Ângelo da Silva[*]

Resumo: O artigo se divide em duas partes. Na primeira, a pesquisa aborda o período de 1941 a 1954, sobre o qual se desenvolve uma análise da relação entre o processo de formação de um novo operariado vinculado à criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), às transformações do espaço (geográfico, social, político) no distrito de Volta Redonda, às estratégias e ações da siderúrgica relacionadas às demandas urbanas, e à constituição do sistema político local. A segunda parte trata do período pós-1964, onde veremos que a mudança no planejamento econômico estatal e na institucionalidade política, marcada pela gestão centralizadora e autoritária dos militares, se refletiu nas condições de vida dos trabalhadores e em sua formação de classe, ambas relacionadas às modificações no mercado de trabalho e no espaço urbano.
Palavras-chave: trabalhadores, organização política, Volta Redonda.

Abstract: This paper is divided into two parts. At first, the research covers the period from 1941 to 1954, what provides an analysis of the relationship between the formation process of a new working class tied to the creation of Companhia Siderurgica Nacional (CSN), to the transformations of space (geographical, social, political) in District of Volta Redonda, to the steel plant strategies and actions related to urban demands and to the establishment of local political system. The second part will deal with the post-1964. It will reveal that the change in state economic planning and political institutions, marked by authoritarian and centralizing management of the military, was reflected in the living conditions of workers and in their working class formation, related to the transformations in labor market and in urban space.
Key-words: workers, political organization, Volta Redonda.

[*]Mestres em História Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Ambos contaram com o apoio de bolsas de estudos CAPES durante a realização do curso. eduardo.ufrrj@yahoo.com.br / leoangelo.hist@gmail.com

INTRODUÇÃO

Consideramos necessário expor algumas questões relativas aos pressupostos teóricos adotados em nossa análise, com a pretensão de tornar mais claros ao leitor os rumos de nosso trabalho e nossas perspectivas pessoais.

Na primeira parte do artigo, será desenvolvida uma análise da relação entre o processo de formação de um novo operariado vinculado à criação da CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), as transformações do espaço social e o projeto ideológico da siderúrgica, influenciados pelas demandas urbanas e a constituição do sistema político local, principalmente no pós-1945. A partir deste momento ocorreram a abertura política e a realização de eleições, processos determinantes para a constituição de uma conflitiva e diversa "cultura" local que determinaria como as classes sociais envolvidas naquele processo definiriam suas estratégias e formas de ação.

O segmento subsequente tratará do período pós-1964. Nele, veremos que a mudança no planejamento econômico estatal e na institucionalidade política, marcada pela gestão centralizada dos militares e por seu autoritarismo, se refletiu imediatamente nas condições de vida dos trabalhadores. Em Volta Redonda, a maior operação de expansão de sua siderúrgica, implementada a partir de 1969, levou a modificações no mercado de trabalho e no espaço urbano, conformando uma nova experiência dos trabalhadores. Tal experiência foi reelaborada a partir dos referenciais identitários do período anterior a 1964, suscitando percepções culturais que expressariam novas possibilidades de identificação e dispersão dos trabalhadores, as quais se desdobraram nas lutas empreendidas no contexto de abertura política e redemocratização.

Nesse segundo momento de nossa análise, a obra de Sader[1] foi inspiradora. Ao tratar do mesmo período histórico, na década de 1980, Sader preocupou-se com a percepção das dimensões heterogêneas e homogêneas que marcam a identidade dos coletivos dominados, o que vai ao encontro da recente historiografia social do trabalho. Atualmente, tem-se percebido um grande crescimento da historiografia brasileira preocupada com o tema "cultura operária". Essa temática vem justamente procurar as possibilidades de união e dispersão presentes nos coletivos de trabalhadores em determinados períodos. Porém, ao ressaltar a historicidade e especificidade das percepções culturais de classe, os autores dessa área apontam que o termo deve ser encarado mais como um campo de discussão que um conceito[2]. Outro recente tema presente nesse processo de percepção mais crítica acerca da classe trabalhadora, que perpassa todo o artigo, refere-se às relações por ela estabelecidas com o espaço social, seus agentes e as

[1]SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena:* experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

[2]BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de Classe:* identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

estratégias de vida possíveis em determinados contextos. Uma das reflexões teóricas que tem contribuído para os novos estudos são as preocupações de Savage.[3]

Savage, ao tentar colaborar com a resolução do impasse teórico que contrapõe, de um lado, os marxistas e os adeptos de teorias econômicas neoclássicas e, do outro, abordagens que possuem uma análise mais cultural, sugere o foco na insegurança estrutural que marca a vida de todos os trabalhadores quando comparados a outras classes sociais, por não possuírem recursos próprios e enfrentarem uma maior situação de insegurança social e econômica em seu cotidiano. Para o autor, esta insegurança estrutural não se baseia exclusivamente no processo de trabalho, nem no mercado de trabalho, mas se pauta na experiência vivida pelos trabalhadores dentro de determinado contexto histórico. Sem os meios de subsistência, eles estão constrangidos a achar estratégias para lidar com a incerteza da vida cotidiana, derivada do seu estado de impossibilidade de reprodução autônoma. Este pressuposto ressalta que "é tão relevante olhar para as estratégias de vida utilizadas nos bairros urbanos e nos lares quanto para o processo de trabalho em si mesmo".[4] Isso determinará as estratégias de sobrevivência desses trabalhadores, suas formas de organização e de atuação (tanto ações conflitivas quanto cooperativas, demandas de amparo do Estado, etc.). Savage conclui: "nesse olhar, o trabalho, enquanto emprego, não carece ser visto como único ou o principal eixo de classe social"[5].

Portanto, compreendemos que as estratégias geradas pela classe trabalhadora para suprir até mesmo suas necessidades básicas incluem tanto a sua participação política quanto a interação com outras classes sociais, nos marcos estabelecidos pelo "sistema político populista" do período pré-1964. French, ao apresentar este novo conceito, destaca que o movimento operário, em face da abertura política do final do governo Vargas, se viu diante da necessidade de elaborar uma nova estratégia de ação: "como poderia obter a influência política de que precisava para conseguir que a legislação trabalhista do governo fosse aplicada ou aprimorada?"[6]. A ação sindical legalizada passou a ter forte impacto tanto na esfera econômica quanto na política, exigindo alianças partidárias e eleitorais. Nossa análise prima por essa dinâmica ao evitar caminhos unilaterais, tentando olhar o processo interno das classes sociais, a interatividade entre elas e o modo como a classe trabalhadora se articulava em relação às outras classes, possibilitando a construção de alianças sem que os trabalhadores permanecessem passivos e subordinados aos líderes carismáticos do período.[7]

---

[3] SAVAGE, Mike. Classe e História do Trabalho. In.: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). Idem.

[4] Idem, p.33.

[5] Idem.

[6] FRENCH, John D.. *O ABC dos operário*: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900 -1950. São Paulo-São Caetano do Sul: HUCITEC/Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul, 1995, p.242-243.

[7] Fazemos aqui análise similar à encontrada em FORTES, Alexandre. *Nós do quarto distrito:* A classe trabalhadora porto alegrense e a Era Vargas. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 439.

No pós-1964, com o fim da possibilidade de maior intervenção político-institucional por parte dos trabalhadores, os novos canais de intervenção política por eles processados só teriam uma forma mais efetiva e visível, ante a política de repressão vivida, após uma década e meia do regime ditatorial. Em Volta Redonda, sede da CSN, constatamos que as novas formas de intervenção política que foram construídas no pós-1964, tanto no espaço fabril como no espaço urbano, as oposições sindicais e associações de moradores, conformaram-se a partir de um intenso processo de (re)formação de classe, o qual, após forte fragmentação da identidade coletiva ocorrida, foi capaz de reestruturá-la.

CRESCIMENTO URBANO E FORMAÇÃO DE CLASSE, AS IMBRICAÇÕES ENTRE ESPAÇO, CULTURA E POLÍTICA: VOLTA REDONDA (1941-1954)

Para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), na década de 1940, um amplo leque de transformações foi efetivado na região onde hoje se encontram as cidades de Barra Mansa e Volta Redonda, localizadas no Sul Fluminense do Estado do Rio de Janeiro.

Do início ao final da década de 1940 a população do oitavo distrito de Barra Mansa saltou de 2.782[8] para 35.964 habitantes[9], fato que coincide com a implementação do Plano A de construção da usina, que terminou em 1947. A intensidade do crescimento demográfico foi espantosa. Em março de 1942 a CSN já contava com 3.850 empregados em meio a uma população de 10 mil habitantes, e "em 1946, ano de início da operação da usina, esses números eram de 11.719 empregados na CSN e 26.507 habitantes na cidade"[10].

O intenso crescimento ratificou a dualidade urbana; surgem duas cidades: a cidade nova, construída pela CSN, e a cidade velha, composta pelas edificações mais antigas já existentes no local. Enquanto a cidade nova ou cidade operária é planejada e estruturada, a cidade velha carece de todo tipo de estrutura. Esta teve um crescimento não ordenado e diretamente proporcional ao número de trabalhadores atraídos pela usina, vista como um novo "Eldorado"[11] pelos trabalhadores-migrantes.

O crescimento abrupto da área urbana ao redor da usina desafiava as estratégias de controle da empresa, que enquadrava o espaço dentro de uma lógica racional voltada para a produção, porém, a dinâmica de crescimento urbano em combinação com as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores e, principalmente no pós-1945, destas com a política institucional, determinaram o esmaecimento de fronteiras entre as duas Voltas Redondas.

---

[8]MOREL, Regina Lúcia de Moraes. *A Ferro e Fogo – Construção e Crise da "Família Siderúrgica"*: o caso de Volta Redonda (1941 –1968). Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989, p. 52.

[9]IBGE.*Censo Demográfico 1950*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1950, p. 66- 67.

[10]LOPES, Alberto. *A aventura da forma*: Urbanismo e Utopia em Volta Redonda. Rio de Janeiro. E-Papers Serviços Editoriais: 2004, p. 89.

[11]BEDÊ, Waldyr Amaral. *Volta Redonda na Era Vargas (1941-1964)*. Volta Redonda: SMC/PMVR, 2004, p. 20.

A cidade velha, núcleo original do distrito de Volta Redonda, situava-se à margem esquerda do rio Paraíba do Sul, porém após o primeiro plano de expansão da usina e o maior inchaço populacional, as moradias precárias se estenderam à margem direita do rio, relativamente próximas à área planejada pela CSN. É o caso do Morro dos Atrevidos, a primeira favela de Volta Redonda[12]. É nesse contexto de forte crescimento demográfico, grande número de construções urbanas, grande esforço migratório, discurso estatal de modernização do país, formação da classe trabalhadora local e da competição eleitoral partidária inaugurada pós-Vargas, que ocorreu a emancipação do 8º distrito de Barra Mansa: Volta Redonda.

O processo de emancipação do distrito é perpassado pela formação da classe trabalhadora, pela decorrente cultura fabril e pela formação política local, em que mobilização e clientelismo faziam parte do leque de opções.

As práticas existentes, como a mobilização dos trabalhadores, o paternalismo fabril e o clientelismo político constituíram sinergia criadora para o período, quando se gestou um comportamento político local que conseguia combinar elementos conflitivos, mas que sob a pressão das demandas urbanas, da formação de classe, do contexto de abertura política e, principalmente, do discurso emancipacionista, assumem uma caraterística sistêmica[13] na relação entre os atores do período.

A análise do contexto mostra que a CSN foi causa primeira de todo o esforço de transformação do 8º distrito de Barra Mansa. Foi em decorrência de sua construção que houve a urbanização local e o forte processo migratório, majoritariamente de migrantes rurais e que muitas vezes foram recrutados pela própria usina[14].

> Os homens que vieram construir Volta Redonda, espontaneamente ou recrutados em seus estados, eram bisonhos, quase sempre mal tratados, completamente ignorantes do que seria uma usina siderúrgica. Vieram como teriam ido para um garimpo procurar trabalho, ganhando o que eles julgavam ser uma boa remuneração. Em geral, só conheciam quatro ferramentas: a enxada, a foice, o machado e o facão. Como produtores de energia, além deles, sabiam que existiam o boi, o cavalo, e muares; a eletricidade era para eles uma força misteriosa, ignorada na maioria dos lugares do interior do país[15].

Esse depoimento do General Macedo Soares é esclarecedor sobre a forma como era encarada a questão da formação dos trabalhadores. A Companhia Siderúrgica Nacional desenvolvia estratégia para formatação de sua mão de obra dentro de uma simbologia do

[12]PEREIRA, Sérgio. Sindicalismo e Privatização: O caso da Companhia Siderúrgica Nacional. Tese (Doutorado em Ciências-Sociologia). PPGSA/IFCS/UFRJ, 2007, p. 58.

[13] THOMPSON, E. P..*Costumes em Comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.17.

[14]SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Arigó*: o pássaro que veio de longe. Volta Redonda, 1, 1, 10-15, 1989, p.14.

[15] Depoimento de Edmundo Macedo Soares e Silva, que participou da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), acompanhou as obras da CSN e assumiu diversos cargos na Usina posteriormente. Apud. MOREL, op. cit., p. 76.

"novo" [16], de um novo trabalhador para um novo país. Precisava-se forjar uma nova mão de obra que se enquadrasse nos planos de implantação e dominação da usina.

Para os pensadores da usina, o trabalhador migrante-rural não assumiria papel preponderante; ele deveria ser reeducado, e para tanto toda uma estruturação, inclusive a urbana, teria seu valor didático e pedagógico. Assim, na construção da cidade operária ficava clara a hierarquização dos bairros e moradias e, pedagogicamente, a reeducação dos trabalhadores seria, em parte, executada por seus superiores.

Segundo Macedo Soares, "o engenheiro não era apenas um especialista que calculava (...), tinha função social de maior importância: deveria ser também 'gerente, educador, e organizador que conduz as reformas sociais"[17]. A prioridade em bem receber esta elite intelectual e dirigente pode ser expressa pela preocupação dispensada à construção do Hotel Bela Vista – que receberia os engenheiros e os estrangeiros vindos para a construção da CSN – a primeira obra a ser iniciada[18].

"Misturava-se a diferenciação no trabalho com a diferenciação social"[19], ou seja, a estruturação urbana obedecia à divisão entre "qualificados" e "não-qualificados", o que pode explicar a divisão entre a cidade nova e velha e ajuda a entender os tipos de construção urbana dentro da própria área da CSN, pois a usina, na tentativa de atenuar o insucesso de sua política de moradias[20], aceitou a construção precarizada de casas, chegando a vender material mais barato para a construção de barracos[21].

Contudo, dentro do espaço da CSN a ordenação urbana e o forjamento da mão de obra estavam sob maior controle da usina. Para a transformação do trabalhador e a atenuação do lado opressor do processo realizava-se a construção de um ideal de "família": a família siderúrgica[22]. De acordo com Morel, o termo aludia "ao espírito de colaboração e união que deveria existir entre todos, chefes, subordinados, dirigentes e trabalhadores"[23], e expressava as relações paternalistas e clientelistas estabelecidas pela hierarquia da empresa com seus funcionários, tanto no espaço fabril como no extrafabril, por meio de diversas políticas sociais, ou seja, segundo esta concepção, caberia à CSN o papel de mãe que

[16]LOPES, op. cit., p. 52.
[17]Apud MOREL, op. cit., p. 75.
[18]LASK, Cristiane Tomke. *Ordem e Progresso*: a estrutura de poder na "cidade operária" da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda (1941-1964). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1991, p. 71.
[19]LASK, op. cit., p.31.
[20]Idem, p. 79.
[21]DINAMARCO, Patrícia da Silva Mueller. *Trabalhadores da CSN*: lembranças e Relatos da Primeira Geração. São Paulo: Dissertação de Mestrado em História, do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2004, p. 183.
[22]O uso do termo família por parte de grandes empresas constituídas nas décadas de 1930 a 1950 é muito recorrente, expressando o alto teor paternalista da política social destas instituições. Podemos citar como exemplos a "Família Nitrina" (vinculada à empresa Nitro Química), analisada por FONTES, Paulo. *Um Nordeste em São Paulo*: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.
[23] MOREL, op. cit., p. 75-147.

atenderia às demandas de seus trabalhadores, sem abrir mão do caráter policialesco e violento que seria aplicado a todos que não se "transformassem" ou não se enquadrassem**.**

A ideologia da família siderúrgica, mesmo tendo relativo sucesso, pois pode ser constatada em várias entrevistas e relatos, não foi consensual. Os questionamentos à exploração e ao estilo de vida policiada aconteceram dentro da empresa. O caso dos negros dentro da usina é um bom exemplo da situação vivida e dos questionamentos produzidos dentro da "família CSN". O Sr. José Garcia, mineiro e afrodescendente, exemplifica bem esta questão. Segundo ele, "O trabalhador, ela [CSN] incorporava em tudo [...]. Condução. Ela fazia o transporte gratuito do trabalhador. Ela tinha hospital, que antes era o Hospital da CSN [...]. Tinha casa para quase todos os operários e as casas eram alugadas por preços irrisórios [...]"[24].

Após reconhecer a relevância da assistência da empresa, ele relata que "a preferência do trabalho do negro era no calor do fogo". E completa: "Tentaram me jogar no calor do fogo, eu disse: 'Oh, Doutor, o senhor está querendo me mandar embora da Companhia?'. Depois me puseram, conseguiram me levar lá para a coqueria"[25].

As contradições vivenciadas por esses trabalhadores ficam mais evidentes em outro relato, pois se desigualdades que aconteciam dentro da empresa, como a discriminação, também se tornavam estratégias da usina, no espaço urbano, para a valorização de seus imóveis. Eis um caso ocorrido na década de 1960, período de desmonte da "família siderúrgica", quando a CSN não mais tinha interesse em manter a cidade nova, construída pela empresa, evidenciando que a discriminação "de cor" se combinava a uma discriminação por renda:

> Eles criaram uma discriminação de salário e de cor até, se você fizer um levantamento daquelas ruas transversais, a 33, 42, 26, 46, muita gente de cor eram encarregados, que eram até chefes de seções... Se você fizer um levantamento lá, você não os encontra, estão todos na periferia... Eles não puderam comprar... Era uma discriminação sobre o salário, às vezes a casa da frente botava à venda e a dele não botava... Quando ele ia se aposentar... 'Olha, você só pode se aposentar quando entregar a chave da casa'. É uma forma de expurgá-lo[26].

[24] José Garcia, em entrevista concedida a Leonardo Ângelo da Silva. Volta Redonda, 29 de janeiro de 2009.

[25] A coqueria é o setor de uma siderúrgica destinado à transformação do carvão em coque. Da reação química dentro da coqueria resulta o benzeno, substância que "ao contaminar o sangue pode ir para diferentes partes do corpo, como o cérebro, fígado e medula óssea, podendo assim, provocar leucopenia (redução dos glóbulos brancos), anemia, dificuldade de coagulação, leucemia e outros tipos de câncer e até aplasia da medula, quando o organismo pára de produzir sangue". SANTOS, Antônio Guilherme dos. *Benzenismo:* prevenção e controle devem ser permanentes. Diesat (Departamento Intersindical e Saúde do Trabalhador). Disponível em: <http://www.diesat.org.br/artigos_pdf/4.pdf>. Acesso em 2 de abril de 2009.

[26] Silvestre Pereira Rosa em entrevista concedida a Ana Lúcia, Regina Morel e Jessie Jane Vieira de Souza. Volta Redonda, 28 de janeiro de 1988.

O preconceito dentro da empresa e o forte aparato policial existente se combinaram a outros fatores e determinaram a desistência de muitos trabalhadores-migrantes[27], porém ajudaram na efetivação do processo de resistência dentro da usina, principalmente após o processo de ressignificação da CLT, quando de sua utilização pelo sindicato como ponto de tensão entre os trabalhadores e a CSN[28]. Esta postura inspiraria outras, como a do próprio senhor José Garcia, ao citar o problema que teve com seus encarregados imediatos: "É... Eles tinham um pouco de receio de mim porque eu dava uma de que eu sabia um pouquinho de lei e eles aceitavam [...]"[29]. E que também era a postura adotada pelo PCB que, mesmo inicialmente fora do sindicato, agia dentro e fora da usina através do Comitê Democrático de Volta Redonda, ou Comitê Democrático Popular (CDP).

A análise traçada por Adriano Duarte, para São Paulo, ganha validade na interpretação do caso em curso, pois a "linguagem dos direitos era seguidamente pronunciada nos CDPs e passou a fazer parte do vocabulário corrente das classes populares. Afinal, os moradores têm direito de exigir tudo isso"[30]. Segundo o periódico *Tribuna Popular*, "a princípio os operários sentiram a carestia de vida, a exploração do comércio, o câmbio negro, a falta de escolas, etc., e não sabiam como resolver a situação". Posteriormente, seguindo o caráter mais aberto dos Comitês, "alguns operários mais esclarecidos, ao lado de funcionários técnicos e diretores da usina, fundaram o Comitê Democrático de Volta Redonda"[31]. Mesmo reconhecendo que há parcialidade na fonte, acreditamos que a relação "trabalhador-morador" seja o principal elemento mobilizador do PCB para o período citado, pois, ao saber articular seu programa com as demandas urbanas de uma população migrante, não se limitando a atuar no campo dos trabalhadores da CSN, o Comitê conseguiu angariar benefícios políticos para o Partido Comunista e ultrapassar as perspectivas eleitorais, podendo colocar, no contexto de abertura política e competição eleitoral, "as mais simples e imediatas demandas populares na agenda da grande política"[32].

[27]Duas fontes podem demonstrar a repressão vivida no ambiente da fábrica: a primeira, sobre a extenuante carga de trabalho a que eram submetidos os trabalhadores-migrantes, e a segunda demonstra a atuação da polícia política no período: 16 horas seguidas trabalham os operários da CSN. Tribuna Popular, 15/2/1947, p. 6. Arquivo de Memória Operária do Estado do Rio de Janeiro (AMORJ), Coleção CSN (Regina Morel); Boletim Reservado Nº80, 16/05/1949 (Trabalhista-Comunismo) Departamento Federal de Segurança Pública. APERJ, Fundo: DPS, Notação: 155, Dossiê:155, Tipo: Panfletos.

[28]CRUZ, Allan. Alan Cruz (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 57 p. dat., p. 31.

[29]José Garcia, entrevista concedida ao autor. Volta Redonda, 29 de janeiro de 2009.

[30] DUARTE, Adriano Luiz. "Em busca de um lugar no mundo": Movimentos sociais e política na cidade de São Paulo nas décadas de 1940 e 50. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol 21, nº 42, julho-dezembro de 2008, p. 195-219, p. 203.

[31]Vida dos Comitês Populares. Tribuna Popular, 30/8/1946, p. 2. Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ), Coleção CSN (Regina Morel).

[32] DUARTE, op. cit., p. 203.

De acordo com fontes do próprio partido e da polícia política[33], o partido atingiu certo sucesso em suas mobilizações e, possivelmente, com mais intensidade, em sua ascensão eleitoral na região, no pós-1945. Ainda na legalidade o PCB conseguiu eleger em 1946 um deputado constituinte (Alcides Sabença/PCB). Na ilegalidade, em 1947, e com a estratégia de eleger seus representantes por outras legendas, fez um vereador pelo distrito de Volta Redonda, o qual atuaria na Câmara Municipal de Barra Mansa (Henrique Manoel Ferreira/PSD). Dois outros vereadores comunistas foram eleitos por outras legendas na década de 1960, após a emancipação da cidade. No entanto, a efetivação do PCB nas chapas do sindicato ocorreu somente na década de 1950 e início da década de 1960, quando a rivalidade com o PTB aumentara.

Para além da CSN, outros atores pretenderam a moldagem dos trabalhadores na região, como o SENAI/SESI, que atuaram com políticas paternalistas de distribuição de alimentos: "[...] Não adiantaria ter um profissional bem treinado e cujos objetivos fossem antissociais"[34]. É nesse vivenciar do contraditório e do heterogêneo, entre mobilização dos trabalhadores e política paternalista, veiculada pela CSN e por outros atores, que estaria a se processar a formação de identidade coletiva daquele coletivo.

Souza, uma das colaboradoras da revista Arigó, de 1989, nos dá um bom caminho para entender o processo criador de identidade para essa mão de obra que chegava. Eles eram chamados de "arigós": "o nome que se dá ao pássaro de arribação. Significa aquele que vem e não volta. É o nome que os primeiros trabalhadores da CSN assumiram para si"[35]. Para ela, este processo de construção de uma identidade, nomeada de arigó, homogeneizou a diversidade cultural, dando uma identidade coletiva aos migrantes. Ao enxergar no outro um igual, passando pelas mesmas dificuldades, pela mesma experiência, os trabalhadores ressignificaram sua identidade e sua experiência de classe: "Esse trabalhador, tido como idiotizado e programável para ser 'educado e higienizado' na construção da dominação, se mostra agente histórico e se articula enquanto classe, assumindo, a partir dos anos 50, o sindicato como instrumento para a sua resistência"[36].

Consideramos, assim como Fontes, que a relação entre migrantes de origem rural e a formação da classe trabalhadora passa pelo impacto da migração na criação de identidades locais[37]. Notamos que a identidade de arigó para os trabalhadores migrantes era reforçada

[33] 3500 operários analfabetos pleiteiam a reabertura da Escola do Comitê Democrático de Volta Redonda. *Tribuna Popular*, 30/08/1946. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel); Fechamento do Curso de Alfabetização do Comitê Democrático de Volta Redonda. *Tribuna Popular*, 10/9/1946, p. 1. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel); Departamento Federal de Segurança Pública, 3/11/1945. Arquivo Público do Rio de Janeiro (APERJ), Fundo P DS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos; Relatório sobre atividades dos comunistas em Barra Mansa e Volta Redonda, 9/8/1950. APERJ, Fundo PDS, Notação: 155, Dossiê: 155, Tipo: Panfletos.

[34] WEINSTEIN, Bárbara. *(Re) formação da classe trabalhadora no Brasil, 1920-1964*. São Paulo: Cortez: CDAPH-IFAN – Universidade São Francisco, 2000, p. 141.

[35] SOUZA, Jessie Jane Vieira de, op.cit., p. 14.

[36] Idem.

[37] FONTES, op. cit., p. 81.

pelo comportamento de habitantes locais, que não se enxergavam como arigós: "[...] sendo que o arigó é aquele que o de Barra Mansa não gostava. Ele dizia: 'Eu não sou arigó, eu moro em Barra Mansa, vocês é que são'"[38].

Entretanto, havia diferenciação interna entre os migrantes-trabalhadores, multifacetada, podendo ter forte vínculo com a função de cada um dentro da empresa ou em seu local de origem. Para o primeiro caso, temos o seguinte exemplo: "Chamavam também de (...) arigó de penacho... Sabem quem era o arigó de penacho? Arigó de penacho eram os chefões, os engenheiros, os diretores. [risos]"[39]. Para o segundo, o relato de Allan Cruz, ex-presidente do sindicato, sobre como os migrantes chegavam, é revelador:

> [Era o] 'trem dos baianos'. [risos] Aí chegavam os baianos, aí vinha papagaio, vinha aquela confusão toda dentro daqueles trens, despejava na estação, aquela coisa assim - o chamado trem dos baianos. Passava aí o trem dos baianos. (...) Os baianos vinham, mas voltavam. Ficavam aqui um ano, um ano e pouco e iam embora; os mineiros, não. O nortista sempre volta para a terra dele. A maioria dos nortistas volta para a terra. Tanto que, se eles ficassem aqui, teria muito mais baiano aqui, nortista…
>
> Porque os mineiros… Eles tinham um apelido aqui que era arigó, nós somos arigó. Eu ainda, quando me perguntam, digo: "Eu sou arigó, nada além de arigó, compreendeu?"[40].

Nota-se a clara construção de uma distinção. Alguns são mais "arigós" do que os outros. Na narrativa acima, o mineiro tem vínculo com a localidade, ventilando uma possibilidade da imagem destes enquanto construtores da CSN. Aos baianos (identificados em categoria genérica, que faz referência a todos que vieram do Nordeste), que sempre voltavam, coube o papel de coadjuvantes. Contudo, mesmo com as qualificações e disputas internas sobre a identidade "arigó", a relação entre nativos e "arigó" reforçou a identidade dos primeiros.

"Eu dizia: 'Fala para todo mundo que você é de Volta Redonda, graças a Deus'. Nós não éramos município, aqui era distrito. Era uma vergonha porque Barra Mansa não olhava aqui para nós. Mas eu sempre fiz questão que minha filha nascesse aqui"[41]. Essa passagem demonstra o quanto a identidade dos voltarredondenses já havia se constituído em contraposição à cidade de Barra Mansa, e o apelido arigó, que era utilizado para identificar os trabalhadores que se estabeleciam ao redor da CSN, e que muitas vezes simbolizava aquele que morava em local precário, acabou por ser uma identificação para os moradores do distrito. Semelhante ao caso estudado por Fontes, o termo "arigó", por um lado, "(...)

[38]MAGALHÃES, Bergonsil de Oliveira. Bergonsil de Oliveira Magalhães (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 40 p. dat., p. 5.

[39]Idem.

[40]CRUZ, op. cit., p.9.

[41]RAMOS, Célio. Célio Ramos (depoimento, 1989). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 1999. 49 p. dat., p. 17.

acentuava, entre os moradores (...), uma certa imagem de 'segregação' e estigmatização, por outro, reforçava a construção da ideia de uma comunidade específica com uma identidade comum"[42].

A polarização de identidades chegou a adentrar o lazer. Manifestou-se, por exemplo, nas constantes disputas entre as escolas de samba de Volta Redonda e Barra Mansa. Em fevereiro de 1954, antes da emancipação, a escola de samba do Sr. Djalma (Unidos do Acampamento), que já havia se consagrado campeã em Volta Redonda, disputou o carnaval em Barra Mansa, algo muito comum no período. Djalma, ao se reunir com o Sr. Sebastião Alves, provável organizador do carnaval no município, recebeu a informação de que o prefeito de Barra Mansa gostaria que as escolas apresentassem carros alegóricos e que estes contariam pontos. No desfile, as escolas de Barra Mansa não apresentaram os carros e, segundo o Sr. Djalma, seus representantes até vieram cumprimentá-lo, pois a Unidos do Acampamento foi a única a ter um carro. Porém, a comissão de carnaval avisou pelo alto-falante que os carros alegóricos não contariam mais para a pontuação. Cabe ressaltar que não havia ninguém do distrito no júri. Assim, o Sr. Djalma reagiu:

> Perdi a linha, o carretel... Fui lá em frente da comissão no palanque. Eu disse: 'Mas escuta, houve uma reunião da comissão com as escolas de samba, dizendo que carro alegórico ia contar ponto [...] e agora você vem me dizer que carro alegórico não vai contar ponto. Já sei que nós vamos perder para as escolas de samba de Barra Mansa. E ainda mais, se tiver um bloco de sujo... Mas não é bloco de sujo limpo, não. Bloco de sujo de merda, de cocô, disputar com a minha escola vai ganhar. Nós vamos perder para esse bloco'. [...] Quando foi segunda feira, às duas horas saiu o resultado: Primeiro lugar, Boêmios do Morro [Barra Mansa], segundo lugar, Acampamento[43].

Mesmo com suas diferenciações internas, a identidade arigó se tornou o elo aglutinador dos moradores do distrito e representou toda uma população que não tinha suas demandas e carências atendidas. Assim, a emancipação política do distrito passou a ser uma forma de resolução dos problemas urbanos que atingiam a maior parcela dos trabalhadores-moradores. Com a grande diversidade verificada na composição social do distrito, que trazia em seu bojo a constituição de uma complexa rede de interesses de diversos grupos (trabalhadores, políticos, empresários que se instalaram na localidade, comerciantes, especuladores e loteadores), a CSN gradativamente foi perdendo seu monopólio político, e os grupos mais organizados politicamente passaram a ser os mais aptos a assumir a liderança da política local.

A formação dos partidos, com a exceção do PCB, não seguiu uma construção ideológica ou programática. No quadro de disputa política e competição eleitoral que se

[42]FONTES, op. cit., p. 174.

[43]Djalma, hoje advogado, conta renúncia na presidência da CMVR. *Gazeta do aço*, 24 a 30 de julho de 1981, p. 10. AMORJ, Coleção CSN (Regina Morel).

construía, efetivaram-se trajetórias políticas ímpares. A análise de algumas dessas trajetórias nos evidenciou o quão fechado era o ambiente político-partidário, em que partidos eram encarados como propriedades particulares e a entrada ou migração de possíveis filiados se pautava em dois pontos: número de votos que poderiam trazer e o risco que poderiam ocasionar em disputas dentro da instituição. As ambições pessoais e os laços de amizade podiam ser imprescindíveis para a permanência ou troca, nesse jogo.

De modo a exemplificar como a política partidária era feita em face da mobilização dos trabalhadores e da concorrência eleitoral, analisaremos o caráter constitutivo de dois partidos, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e o PSD (Partido Social Democrático).

Comecemos pelo PTB, liderado pelo Sr. Omar Goulart Vilela, que assumiu como deputado estadual na década de 1950. Segundo Allan Cruz, Omar se via como proprietário do partido, impedindo a filiação de Allan, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, pois poderia correr o risco de perder o partido para ele[44]. Com isso Allan acabou se filiando ao PSD e atuou como presidente do sindicado com o apoio do PTB estadual. A posição de Omar dentro do partido é uma questão em aberto; há a possibilidade de mando, mas há, também, a de liderança local, pois ele atuou na Câmara Municipal de Barra Mansa, em nome de sua bancada. Porém, tanto como líder quanto como mandatário, sua postura em relação ao PCB na Câmara de Barra Mansa limitaria a participação de qualquer comunista. É possível encontrar na ata da Câmara Municipal de Barra Mansa referência ao Sr. Omar Goulart, "que sabe sempre se levantar contra tudo o que cheira comunismo"[45]. Assim, abre-se espaço para interpretarmos a filiação do comunista Henrique Manoel Ferreira ao PSD como motivada pela postura do deputado em relação ao comunismo.

Enquanto isso, o PSD criava seu diretório em Barra Mansa, em 1945, sob a chefia de Sávio Gama, empresário carioca de estreita amizade com Amaral Peixoto e a família Vargas. Ele chegou à região na década de 1930, quando comprou uma fazenda em Volta Redonda, e, durante a década de 1950, foi o grande articulador da emancipação da cidade, com uso de seu capital político e econômico, tornando-se seu primeiro prefeito.

A dinâmica dos partidos no período anterior à emancipação foi basicamente a mesma adotada pelo Comitê Democrático (CDP): atuar sobre as demandas urbanas, buscando representação do distrito perante sua cidade-sede, porém sem o caráter mobilizador. A mobilização dos trabalhadores se fez junto ao Comitê, e posteriormente foi criada a Sociedade Amigos de Volta Redonda, de caráter mais fechado e que não evidenciou participação dos componentes do CDP. Mesmo cientes da postura pragmática da Sociedade em relação à emancipação do distrito, principalmente após a adesão de Sávio Gama ao discurso emancipacionista, ainda consideramos que houve certa mobilização popular, pois a identidade arigó, combinada às demandas urbanas não atendidas, era forte elo mobilizador. Interessante é notar que, juntamente com as mobilizações, encontramos formas

[44]CRUZ, op. cit., p. 31.

[45]Câmara Municipal de Barra Mansa (CMBM). Livro de atas n° 3 (24/3/1950 a 17/7/1951), fl. 56.

paternalistas e clientelistas de atuação política. O caso do Sr. Alvarenga, vereador de Volta Redonda em 1958, é revelador.

Ao passar abaixo-assinado para ajudar um amigo na tentativa de resolver problema de moradia, o Sr. Alvarenga conseguiu a assinatura e dinheiro do prefeito, e até um carimbo da Prefeitura sobre a assinatura. Segundo ele, com isso em mãos, deu início à invasão de um morro que pertencia à Prefeitura[46], o que teria sido a criação do Morro dos Atrevidos. Se compararmos o caso narrado com a análise que Fischer realizou sobre a constituição das favelas no Rio de Janeiro, constatamos que há muitas semelhanças, pois em Volta Redonda também se verifica o fato de os políticos terem "suas próprias razões para atuar em favor das populações pobres"[47].

A resolução de problemas na área da saúde, na ocasião da construção e equipamento de um hospital, também revela a complexidade na ação política local.

Havendo apenas um hospital, o qual era da CSN, a maioria dos trabalhadores deveria se encaminhar a Barra Mansa, se quisesse ter atendimento médico, pois "o hospital da Companhia era para o pessoal da Companhia"[48]. Um hospital público deveria ser construído em Volta Redonda devido ao crescimento urbano e populacional e ao agravamento das condições de saúde. A iniciativa popular de arrecadação de dinheiro visava dar os primeiros passos na resolução do problema. Segundo Dona Maria do Carmo Milheiro: "A gente foi o fundador daquele hospital, São João Batista. Porque era o dinheiro da gente... Que dava o dinheiro para fundar o hospital"[49]. Não sabemos dimensionar o quanto do hospital foi construído com dinheiro da população, nem quantas pessoas participaram do processo. O que sabemos é que após sua conclusão faltaram equipamentos necessários para a sua operação.

Álvaro Guedes, que assumiu o posto de primeiro secretário do Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda (SMVR), em 1946, atuou junto a Vigiliato Peixoto na tentativa de se conseguir equipamentos para o hospital. Lembra ele que:

> Naquele época, o Dr. Ademar de Barros, Governador de São Paulo e Presidente do PSP, é quem indicava o Ministro da Saúde, então o Dr. Mário Pinotti. Resolvemos ir a São Paulo pedir ao Dr. Ademar a doação desse material, através do Ministério da Saúde.
>
> Levamos um cartão do Dr. Murilo Cesar, então presidente do PSP em Volta Redonda e fomos recebidos com muita cordialidade pelo governador. [...] falamos com o Dr. Mario Pinotti, que nos atendeu no que pleiteávamos. Equipado o

[46]Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Coleção CSN (Regina Morel): Djalma, hoje advogado, conta renúncia na presidência da CMVR. *Gazeta do aço*, 24 a 30 de julho de 1981, p. 2.
[47]FISCHER, Brodwin. Direitos por leis ou lei por direito? Pobreza e ambigüidade legal no Estado Novo. In: Silvia Hunold Lara e Joseli Maria Nunes de Mendonça (organizadoras). *Direitos e Justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2006, p. 440.
[48]Maria do Carmo Milheiro, em entrevista concedida a Leonardo Ângelo da Silva. Volta Redonda, 31 de julho de 2009. Dona Maria, na época, trabalhava em uma olaria na cidade velha.
[49]Idem.

> Hospital com tudo o que era necessário ao seu funcionamento, marcamos data para inaugurá-lo, convidando, para tanto o próprio Ministro da Saúde [...].
>
> E, graças a Deus, o Hospital São João Batista, desde sua fundação tem sido muito útil à população, de modo especial à classe menos favorecida[50].

Wanderley Guilherme dos Santos, ao estudar a estrutura estatal surgida após a Era Vargas, expande a compreensão sobre o funcionamento de políticas clientelistas, evidenciando que "entre os mandatários escolhidos por voto e o público anônimo encontram-se os tecnocratas, escolhidos, em tese, por mérito. É através desta instância intermediária que se cristalizam os padrões de relacionamento entre o público e o privado"[51]. Para ele há um equívoco em imaginar práticas clientelistas como uma relação direta entre políticos e eleitores. Como estas se dão dentro de políticas distributivas, há uma burocracia a atuar na sua operacionalização[52].

Possivelmente o cartão do Dr. Murilo Cesar, então presidente do PSP local, abriu as portas da burocracia estatal acionando a estrutura desta para o atendimento dos requerentes políticos. Ou seja, a intenção de distribuir benesses e a bem-sucedida reiteração de costumes clientelísticos dependem de contingentes de pessoas que se imiscuem na estrutura burocrática, em mecanismos aos quais têm acesso, de modo que não é nada aleatório ou casual[53].

A construção do hospital conseguiu reunir uma diversidade de práticas, algumas de caráter autônomo e mobilizatório, outras de clientela. Consideramos que estas foram características do período em que a realidade social combinava organização, mobilização, paternalismo e clientelismo. Todos esses itens eram cartas no baralho das estratégias utilizadas.

Diante desse complexo quadro é que ocorreu a emancipação de Volta Redonda, conseguida através de uma complicada teia de alianças. Pois, se Volta Redonda evidenciou que era preciso uma grande organização político-partidária para fazê-la, constatamos que os trabalhadores não a tinham. O momento vivido pela emancipação foi propício para que "elementos unificadores de classe, expressos em bandeiras de luta e campanhas gerais, se articulassem de forma orgânica ao processo político", assim como florescessem "as tensões

[50]Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro (AMORJ). Coleção CSN (Regina Morel): Álvaro Guedes diz como viu Volta Redonda em sua formação. *Gazeta do aço*, 5 a 11 de junho de 1981, p. 2.

[51]SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *O ex-leviatã brasileiro: do voto disperso ao clientelismo concentrado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 59.

[52] Exemplificando tal raciocínio, citamos a atuação do PSP (Partido Social Progressista), quando este firmou pacto com o PTB para as eleições de 1950, em que ficou acordado que os pessepistas apoiariam Vargas para a presidência, com João Café Filho como vice-presidente. Ademar de Barros seria o candidato desses partidos para a presidência em 1955, e o PTB efetivaria "a aceitação de nomes indicados por Ademar para a composição de seu ministério". SARMENTO, Carlos Eduardo (Org.). *Chagas Freitas*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, Alerj, 1999, p. 32. Foi justamente ao atuar nessa estrutura determinada pelo jogo político-eleitoral que os enviados de Volta Redonda obtiveram sucesso.

[53]SANTOS, op. cit., p. 59.

e conflitos existentes em seu interior, envolvendo distintas concepções, estratégias e parâmetros éticos"[54]. Na busca por estratégias de superação dessa realidade, em um cenário político-eleitoral, a emancipação poderia ser indício da construção de um novo caminho de superação das dificuldades. Para atingi-la, concebia-se a participação e interação de outras classes sociais e representações políticas, possibilitando alianças entre esses grupos, sem que os trabalhadores permanecessem passivos e subordinados aos líderes carismáticos do período[55].

Embora as fontes não evidenciem claramente a mobilização e a articulação interna dos trabalhadores, acreditamos que o caso da emancipação possa ser um exemplo de interação e mobilização entre classes, pois se os trabalhadores não possuíam as ferramentas que viabilizariam a emancipação do distrito, tiveram de conciliar seus interesses com a classe que já havia se organizado politicamente[56].

Em Volta Redonda, a classe mais organizada e com maior acesso a redes político-partidárias, uma classe média com grade imbricação na política, foi quem ficou com os louros da emancipação. Afirmamos isso, pois ela, ao longo das eleições no novo município, conseguiu emplacar vários "emancipadores" como políticos eleitos, que já haviam estabelecido uma política de atendimento às demandas populacionais quando, muitos deles, ainda eram vereadores de Barra Mansa ou funcionários-chave dentro da estrutura da CSN. Ou seja, durante e depois do processo emancipatório, eles construíram uma relação com sua clientela política. Se clientelismo é um termo relacional, por que não podemos analisá-lo com um olhar menos pejorativo, como elemento da realidade que se apresentava?

Consideramos que mesmo que os políticos não tenham sido os executores diretos dessa distribuição de benefícios, eles foram encarados pela população como os responsáveis por ela. Tal lógica de clientela é elucidada pelas conclusões do Sr. Jorge Loretti, atuante na política estadual desde a década de 1940:

> Vamos colocar as coisas com precisão: eleições municipais são eleições de clientela. Os vereadores que devem ser eleitos não estão pensando absolutamente nas posições políticas do presidente da República (...), muito menos no quadro institucional. Estão preocupados em botar uma bica d'água, calçar uma rua, porque isso é o que lhes dá voto. E o povo também tem essa preocupação.
>
> A política envolve muito profissionalismo. E esses vereadores e deputados que são sucessivamente reeleitos vivem ininterruptamente no sentido de obter votos e ter êxito na eleição; seu trabalho é só esse. Por isso eu dizia que é uma eleição de clientela[57].

[54] FORTES, op. cit., p. 441.

[55] Idem, p. 439.

[56] Este raciocínio se articula principalmente após uma comparação entre regiões industriais e seus processos de emancipação (Contagem, Ipatinga, Osasco, São Miguel Paulista e Volta Redonda). SILVA, Leonardo Ângelo da. *Industrialização, relações de classe e participação política: da criação da CSN à emancipação de Volta Redonda (1941-1954)*. Dissertação (Mestrado em História Social) – PPGH-UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010, pp. 92-95.

[57] FARIAS, Ignez Cordeiro de (Coord.). *Jorge Loretti*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 43.

Loretti evidencia a lógica do pragmatismo político-eleitoral. O atendimento de demandas, muitas vezes, está envolto na conquista de clientela, porém este é apenas um dos lados do problema. Acreditamos que o cenário político-eleitoral do pós-1945 abriu caminho para as reivindicações pautadas em movimentos organizados e que essas mobilizações podem ser encaradas como fruto da relação entre a população e os políticos de então. O momento pós-emancipação evidenciou a mobilização e reivindicação da população, que não permaneceu passiva à espera dos benefícios de uma política que a encarava como cliente.

Se utilizarmos somente a Ata da Câmara de Volta Redonda, notamos: um abaixo-assinado com 1.316 assinaturas dos moradores do Acampamento Central, solicitando uma nova linha de ônibus para o bairro, isso em 1955, um ano após a emancipação; em 4 de junho de 1957, nova solicitação de melhoramentos urbanos (água e luz), feita pelos moradores do Morro dos Atrevidos, que se mobilizavam devido ao não cumprimentos de promessas eleitorais; e "em 3 de junho foi lido no plenário, abaixo-assinado de 1500 moradores do Conforto solicitando providências relativas à poluição causada pela Cia. de Cimento Vale do Paraíba"[58]. Duas das reivindicações partiram de bairros agraciados pela política paternalista da usina (como o Conforto e o Acampamento Central, local mais precário). Se utilizarmos um caminho unilateral e concebermos os moradores desses locais enquanto beneficiários da CSN, pois a empresa fornecia água, luz e urbanização, não conseguiremos entender como esses mesmos moradores-eleitores reivindicavam melhorias, refutando a ideia de que na cidade da usina tudo estava dentro de um ambiente paternalista e sem mobilizações.

No contexto de emancipação do distrito que englobava um desejo comum, pautado na autonomia política e implementações urbanas, o envolvimento dos trabalhadores conseguiu imprimir uma perspectiva que "ultrapassava a sua dimensão estritamente econômico-corporativa e atingia a dimensão política"[59]. Assim, diante da realidade que se apresentava, mobilização e clientelismo faziam parte das estratégias políticas e sociais.

TEMPOS DE RUPTURA E REELABORAÇÃO: O GOLPE DE 1964 E AS NOVAS EXPERIÊNCIAS DOS TRABALHADORES

Sem adentrarmos nos vieses do conflito que culminou com o Golpe de 1964, é certo afirmar a importância da ação dos trabalhadores e do crescimento dos movimentos grevistas para o conflito político em questão, quando suas demandas ligadas aos temas do

[58]SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. *Pelo espaço da cidade*: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR-UFRJ), 1992, p. 70.

[59]MOISÉS, José Álvaro et al. *Cidade Povo e Poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, p. 23.

debate político nacional, lutas pelas "Reformas de Base", juntamente à pressão por eles exercida pela recuperação de seu poder aquisitivo, os tornaram importantes interlocutores no debate estabelecido quanto à solução da crise, no período anterior ao Golpe[60]. Entretanto, o embate nacionalmente estabelecido tomaria contornos locais, de acordo com as singularidades históricas vividas pelos coletivos de trabalhadores em luta.

Como exemplo dessa consideração, quanto à margem de ação dos trabalhadores na busca de seus interesses e as formas históricas que tomaram, podemos citar um evento envolvendo os operários da CSN. Em 1963, reunidos em assembleia, reivindicaram à empresa 50% de aumento salarial, entre outros pontos. A Companhia propôs 35%. Tal fato levou a uma grande mobilização em que os trabalhadores se declararam em assembleia permanente e o presidente do sindicato (Lima Neto), juntamente com a Comissão de Salários, seguiu para Petrópolis para uma conversa com João Goulart, que, a princípio, propôs um aumento de 45%, mas acabou concordando com os 50%. Segundo um ex-líder sindical, numa passagem acerca deste episódio, havia um movimento sindicalista em Volta Redonda "lutando e defendendo", sem a necessidade de greve[61]. A forma de mobilização adotada e sua qualificação pelo antigo sindicalista nos remetem, para além do contexto mais amplo em questão, à formação desse coletivo e à constituição daquela usina.

Como vimos anteriormente, os trabalhadores de Volta Redonda construíram uma importante margem de ação no jogo político instituído. Contudo, tanto o papel da usina na política econômica nacional quanto o panorama político de então passariam por profundas transformações nos anos posteriores. A gestão daquela estatal nos anos de chumbo entraria em choque com as práticas políticas e percepções culturais construídas anteriormente.

Nos debates políticos dos primeiros anos da década de 1960, aos economistas "cepalinos" ou "estruturalistas", que defendiam a continuidade do modelo de substituição de importações, porém com os devidos ajustes presentes nas "Reformas de Base", se opunha o grupo dos economistas liberais, como Eugênio Gudin e Otávio Gouveia Bulhões, autores que defendiam um modelo liberal de economia de mercado e desconsideravam qualquer especificidade da economia brasileira que justificasse uma ação do Estado de forma distinta da ação estatal nos países de economia avançada. O mercado, com seu sistema racional de preços, garantiria por si mesmo o bom funcionamento da esfera econômica. O argumento sustentado por estes economistas era de que na raiz do problema estava o "populismo econômico", causador da instabilidade monetária e do clima inadequado aos investimentos privados. Um dos desequilíbrios gerados pela política populista, segundo estes economistas, era a superação do crescimento da produtividade pelo aumento das folhas de pagamento, o que era identificado como um "populismo salarial". O debate entre estruturalistas e liberais tendeu, com o Golpe civil militar de 1964,

[60]MATTOS, Marcelo Badaró. Os trabalhadores e o golpe de 1964 um balanço da historiografia. *Revista História & Luta de classes*. N° 1, Abr. 2005. MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e Sindicato no Brasil*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2009, pp. 77-100.

[61]MOREL, op.cit., p. 397.

ao reforço das convicções do segundo grupo. O novo governo garantiu o poder necessário para a realização de reformas conservadoras de cunho liberal, com vistas à estabilização econômica. Dentre outras características recessivas, a política adotada seria baseada na contenção de gastos públicos.

Com relação às estatais, dada a posição central que conquistaram no processo de acumulação anterior, seria extremamente prejudicial tentar desalojá-las da nova estrutura. Além disso, os militares também tinham suas razões para apoiá-las. Sua abolição teria significado um menor controle da economia. Apesar das convicções favoráveis ao *laissez-faire* de muitos dos que apoiaram inicialmente os militares, o principal impacto de sua subida ao poder foi a centralização da política econômica. Para a CSN, maior produtora de aços planos nos anos 50, com grande *know how* no setor, o planejamento autoritário reservou papel estratégico.

Em meio à crise dos anos 60, período de retração do mercado de produtos siderúrgicos, houve o controle governamental dos preços do aço e a autorização de reajuste para o setor privado. Essas medidas diminuiriam o capital de giro das estatais, intensificando suas crises financeiras. No caso da CSN, a empresa foi obrigada a incorporar empresas privadas à beira da falência e reorganizá-las, o que exigiu capital e pessoal para tanto. Seu lucro líquido decaiu de 1963 a 1967, recuperando-se apenas a partir de 1968. Segundo Moreira:

> A situação de crise foi enfrentada pela Companhia com a adoção de diversas medidas de contenção de custos, como a redução de quadros, mudanças na política de gestão da força de trabalho e arrocho salarial, contando para isso com as facilidades advindas da repressão determinada pelo governo ao movimento sindical. Nesse mesmo sentido a CSN alterou sua política de distribuição de moradias promovendo através da Cecisa [Imobiliária Santa Cecília] a venda de terrenos e o financiamento para a compra de material de construção e da casa própria pelos empregados, além de transferir para a Prefeitura de Volta Redonda a responsabilidade sobre seu patrimônio público[62].

Essas medidas estavam de acordo com o primeiro Plano Siderúrgico Nacional, de 1968, que propunha a venda de casas das empresas do setor para seus empregados, mobilizando tais recursos para os investimentos industriais. Sendo proposta presente na Reforma Administrativa implantada pelo Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, a qual determinava que empresas públicas deveriam agir como empresas privadas, sendo lucrativas e autofinanciáveis. Tais mudanças foram apresentadas pela CSN como uma nova etapa de valorização da autonomia e da responsabilidade da comunidade. O período anterior passaria a ser caracterizado como “paternalista” e “assistencialista”.

[62]MOREIRA, Regina da Luz. *CSN: um sonho feito de aço e ousadia*. Rio de Janeiro: CPDOC/ Fundação CSN, 2000, p. 101.

> Deste modo, deixou a CSN a política paternalista que caracterizou suas atividades e adotou os princípios modernos de comportamento empresarial perante a sociedade. Quanto à administração geral da empresa, vem adotando medidas progressivas que tendem a eliminar toda e qualquer atividade que não esteja relacionada diretamente com a produção de aço. [...] A imobilização de capital que tais imóveis representam, as despesas de conservação e administração que pesam nos custos e nos resultados econômico-financeiros da empresa, são fatores que devem ser eliminados em favor da rentabilidade do negócio[63].

As transformações na gestão da mão de obra, assim como a venda das casas da cidade operária, ocorreram no mesmo momento do fim da estabilidade no emprego (Lei nº 5.107, que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Embora com suas especificidades, as visões dos economistas liberais presentes no choque de propostas para a solução da crise, iniciada no pré-1964, e os argumentos administrativos em defesa da modernização da gestão da empresa, nos anos 60 e 70, têm a mesma direção das interpretações dos relatórios produzidos no âmbito militar sobre os impactos locais do pretendido maior projeto de expansão produtiva da usina, nomeado Plano de Expansão D[64].

O Plano de Expansão D, discutido em âmbito governamental desde o início dos anos 60 devido à crescente demanda por aços planos no mercado interno, teve o início de sua execução em 1969, sob a égide dos militares, tendo como objetivo levar a empresa à sua capacidade máxima de produção. Nos relatórios produzidos por estudos da Escola Superior de Guerra (ESG), em análises do histórico da localidade quanto à relação capital-trabalho, há a desqualificação do período pré-1964 como um momento em que estas relações foram perpassadas por preocupações não racionais que geravam a acomodação dos indivíduos através de uma política de distribuição não comprometida com a produtividade e o crescimento econômico.

> Criou-se um círculo vicioso entre a Companhia e a comunidade, originando toda a conotação paternalista, com prejuízo flagrante para a evolução natural desta comunidade em torno de seus valores e tradições culturais. [...] Mesmo com a emancipação do município continuou a empresa a responder pela administração da grande área urbana, com reflexos diretos no custo de sua produção e no bem estar de seus empregados. Somente na década de 60 é que ela despertou para transferir para a comunidade os encargos que lhe cabia[65].

[63]Apud MOREL, op. cit., p. 425. Exposição do Diretor de Pessoal e Serviços Sociais, Jorge Mafra Filho. *O Lingote*, n° 222, Ano XVIII, Nov/Dez. 1971.

[64]Os relatórios constituídos, naquele momento, dentro do âmbito militar, foram: Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg). Delegacia do Estado do Rio de Janeiro. *Ciclo de estudos sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento: Influência da Expansão da CSN na Comunidade*. 1971. ADESG. *Situação Sanitária de Volta Redonda*. 1971. ADESG. *Problema Educacional de Volta Redonda*. 1971.

[65]ADESG. *Influência da Expansão da CSN na Comunidade*. pp. 35-36.

A execução do Plano de Expansão D deveria ser, a partir de então, o único alvo das preocupações da empresa, fato que teve importantes consequências sociais para a população local, pois, além de conformar uma nova política gerencial da CSN, levou à reformulação do espaço social, de acordo com as premissas liberais e militares expostas anteriormente. Para a garantia de controle sobre tal operação, a partir de 1973 a cidade foi considerada Área de Segurança Nacional, com forte presença militar em diversos âmbitos institucionais, por exemplo, na Prefeitura e na gestão da siderúrgica.

As décadas de 1960 e 1970, a partir do Golpe, representaram um corte na experiência operária em âmbito nacional[66]. Em Volta Redonda, essa questão nos remete à reformulação, a partir daquele momento, do coletivo de trabalhadores presente na cidade, num contexto de vinda de migrantes de baixa qualificação ao mesmo tempo que, a partir da modernização da usina, engenheiros e outros trabalhadores, com nível superior, também afluíram para a cidade. Os próprios operários da CSN viviam uma nova experiência, marcada por novos condicionamentos materiais e políticos que teriam reflexo na percepção subjetiva daquele coletivo. O espaço da cidade, marcado pelas emergentes transformações − em especial, pelo uso mercadológico das propriedades da CSN (lotes e casas), as quais abrangiam as melhores regiões da cidade −, teria de abrigar os migrantes pobres em busca de oportunidades de emprego, os trabalhadores já sediados na cidade, mas que haviam perdido o direito de morar nas casas da CSN, e os trabalhadores "qualificados" (entre gerentes e técnicos) necessários à modernização da fábrica e privilegiados pela política econômica ditatorial, pois, devemos lembrar, aqueles foram anos marcados por uma forte concentração de renda[67].

Assim, em termos de formação da classe, uma nova geração de trabalhadores dividida em diferentes coletivos se relacionou de maneira diferente à instituição de um novo mercado de trabalho e às reformulações do espaço urbano. Essa nova geração surgiu a partir da reelaboração de referenciais identitários anteriores. Segundo Pessanha e Morel, "esse momento será vivido como a perda da 'proteção' (casas) e dos 'direitos' (a estabilidade)" pelos trabalhadores[68]. Tal processo motivou a constituição de novas hierarquias internas à classe e novas possibilidades de integração.

Como vimos anteriormente, Souza, em 1989, ao mencionar o processo de construção identitária da primeira geração de trabalhadores, apontou que a identificação de "arigó",

[66]Como exemplos dessa experiência, no Estado do Rio de Janeiro, podemos citar: SANTANA, Marco Aurélio; NASCIMENTO, Regina Malta. Trabalhadores do Brasil e peões: passado e presente na fala de duas gerações de militantes operários. *Tempo*. N° 7, 1997, p. 99-127. RAMALHO, José Ricardo. *Estado patrão e luta operária*: o caso FNM. São Paulo: Paz e Terra, 1989. PESSANHA, Elina; MOREL, Regina. Gerações operárias: rupturas e continuidades na experiência de metalúrgicos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n° 17, 1991.

[67]Um importante debate contemporâneo sobre a questão da distribuição de renda nos anos 70 encontra-se em: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Arthur Carlos. *A Controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975, p. 10.

[68]PESSANHA; MOREL, op.cit., p. 76.

mesmo permeada por clivagens internas, indicava a imagem do trabalhador migrante que conquistara um lugar seguro em uma nova localidade onde muitos constituíram suas famílias. Naquele mesmo texto, a autora insinuou as novas reelaborações identitárias ocorridas nos anos 70: "só a partir de 1970, com a perda da estabilidade e a introdução do FGTS e com a reforma administrativa da empresa, onde todo o seu aspecto assistencial será desmobilizado, é que os trabalhadores mais jovens passarão a se chamar "peões", aqueles que rodam, e estão no mesmo lugar"[69]. Quanto ao aspecto subjetivo dos trabalhadores, essa passagem suscita uma questão de suma importância relacionada à autopercepção daquele coletivo, a partir de então.

Em face das políticas de gestão que valorizavam a antiguidade e a assiduidade dos trabalhadores através de prêmios e da concessão de moradias nos tempos de construção da "família siderúrgica", devido às necessidades de fixação deles, aquela primeira geração construiria uma autoimagem de valorização de seu saber e experiência prática, conquistados ao longo dos anos de trabalho. Embora nos anos 50 tenham ocorrido mudanças administrativas no sentido de incentivo à escolarização, o tempo de trabalho na CSN, desde sua criação, continuaria sendo um dos principais critérios para promoções e benefícios. Na aurora dos anos 60,junto às perspectivas de construção de longas trajetórias na siderúrgica, os trabalhadores desenvolveriam um forte orgulho profissional, ligado à geração dos anos 50, quando muitos, através da escolarização, puderam galgar melhores cargos[70]. Mesmo que essas mudanças já tivessem estabelecido diferenciações entre os trabalhadores naqueles anos, seria nos anos 60 e 70 que essas expectativas geracionais seriam quebradas[71].

Com relação ao mercado de trabalho, nos anos 70, a principal característica da política gerencial da CSN foi a tentativa de preparar os trabalhadores para as mudanças associadas à introdução de novas tecnologias, previstas no Plano de Expansão D. Tais mudanças deveriam contemplar a renovação tecnológica e a introdução de processos automatizados para toda a usina. Por meio da consultoria de uma firma americana, a Arthur D. Litle, a partir de 1972 buscou-se a modernização e maior racionalização do sistema administrativo da empresa; de forma concomitante a este processo, houve uma importante alteração no modo como se concebia o conjunto de trabalhadores, através da delimitação do que seriam trabalhadores "estratégicos" e "periféricos".

> Embora a maior parte dos postos periféricos estivesse ligada a tarefas de limpeza ou construção, executadas por operários não-qualificados ou semiqualificados, a Companhia também transferiu para as empresas subcontratadas alguns postos qualificados.

[69]SOUZA, Jessie Jane Vieira de, op.cit., p. 14-15.
[70]PESSANHA; MOREL, op. cit., p. 75.
[71]Sobre tensões geracionais, ver: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

> A diferenciação de um grupo de operários "estratégicos", com mais estabilidade e melhores condições de trabalho do que os operários "periféricos", foi uma resposta da empresa aos problemas de mão-de-obra excessiva[72].

Após o início do programa de modernização, em 1975, diversas empresas interessadas no fornecimento de serviços necessários ao processo de expansão da usina se instalaram em Volta Redonda. Essas empresas ampliaram o mercado de trabalho regional, reforçando as condições para a existência de um mercado para operários "periféricos". Novas diferenciações marcariam o espaço fabril, em especial no que tange à formação profissional e às condições de trabalho, pois o trabalho nas empreiteiras se caracterizava pela alta rotatividade e piores condições de segurança. Cabe lembrar que, naquele momento, sufocadas as possibilidades de pressões político-sociais, as condições de trabalho acabariam sendo definidas em função das condições do mercado[73].

A CSN, através de tais medidas, estabeleceu um mercado interno para seus trabalhadores, com alta valorização da qualificação, e externamente a esse mercado "estratégico" prevaleceram as ocupações nas empreiteiras da construção civil pesada, voltadas para o Plano de Expansão D. Devido ao autoritarismo gerencial, ligado à política de precarização do trabalho proposta pela nova gestão da CSN, muitos operários desenvolveriam um sentimento de indignação tendo por base as relações históricas estabelecidas anteriormente com a empresa.

Luis Lopes Neto, militante sindical nos anos 80, concluiu o Curso de Aprendizagem Industrial (CAI) em 1966, na Escola Técnica Pandiá Calógeras, escola criada pela CSN nos anos 40. Tendo se tornado um profissional em mecânica, imediatamente foi admitido como servente na Superintendência de Oficinas Mecânicas (SOM), importante área de reparo e fabricação de peças para a CSN, com presença de trabalhadores de alta qualificação. Mesmo não estando satisfeito com o cargo inicial, afirmou que "o importante era estar dentro da usina"[74]. Já em seus primeiros tempos na siderúrgica entraria em choque com a gestão autoritária presente na fábrica:

> Teve um período que eu fui perseguido por causa de cabelo. A chefia não queria a gente com cabelo grande e chegou um período que eu deixei meu cabelo vir quase na cintura, pra mostrar que não era cabelo que ia mostrar meu profissionalismo. Eu enrolava o cabelo e jogava por baixo do capacete e quando chegava a chefia, eu jogava tudo nas costas e ficava passeando. Fazia questão de ficar passeando e passar perto dos chefes com aquele cabelo grande[75].

[72]MANGABEIRA, Wilma. *Os Dilemas do Novo Sindicalismo*: Democracia e Política em Volta Redonda. Rio de janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1993, p. 70.

[73]SADER, op. cit., p. 87.

[74]Luiz Lopes Neto, mecânico aposentado, dirigente do sindicato dos metalúrgicos regional entre 1983 e 1989, em entrevista concedida a Eduardo Ângelo da Silva em 29 de julho de 2008.

[75]Idem.

Nessa passagem, percebemos como em tempos de difícil mediação política do descontentamento operário há uma atualização do orgulho e da dignidade profissional, presentes desde a formação daquele coletivo. Segundo Sader, "o orgulho profissional expressa, sobretudo, a experiência da importância de seu trabalho para o processo de produção. Por isso mesmo freqüentemente essa atitude não implicou uma submissão às normas patronais para ascender na empresa"[76].

Esses trabalhadores especializados, não mais estáveis e sem as possibilidades de socialização política para a canalização de descontentamentos, como os da primeira ou da segunda geração de operários, ao mesmo tempo que poderiam resistir, mesmo que individualmente, à opressão do cotidiano fabril, buscavam garantir uma trajetória "segura" dentro da empresa. O soldador Francisco Severiano, por exemplo, justifica sua "opção" pelo FGTS, no início dos anos 70, como única possibilidade viável, pois caso contrário seria demitido, e não era recomendável deixar a CSN, já que "aqui fora não havia segurança para construir sua vida"[77]. Ainda segundo Sader: "As diferenças no mercado de trabalho se expressaram, por sua vez, numa diferença entre aqueles que se reconheceram no trabalho, que se valorizaram através dele, e os que viveram de um emprego para outro. É o orgulho dos profissionais e a instabilidade dos peões"[78].

A rotatividade, naquele período, aplacaria especialmente os trabalhadores identificados como "peões". Entretanto, na realidade estudada por Sader, o termo "peão" estava vinculado, em grande medida, ao trabalhador submetido à prática de contratações e demissões, comum às linhas de montagem da grande São Paulo. Em Volta Redonda, o termo identificaria, de forma mais precisa, o trabalhador migrante empregado nas empreiteiras envolvidas no processo de expansão da usina. As representações subjacentes a esse termo diziam respeito às diferenciações no mercado de trabalho, assim como à condição dos migrantes em sua relação com o espaço urbano. Tal designação, a princípio, adquiriu valoração pejorativa e preconceituosa tanto no tocante ao coletivo de trabalhadores da cidade como para a comunidade local.

Em janeiro de 1976, no primeiro número do *Jornal Opção*, um semanário redigido por jovens jornalistas da localidade, a reportagem de capa teve como título "O operário de mochila na mão"[79]. A extensa reportagem mencionava a construção de alojamentos pela CSN no bairro Aterrado: "136 alojamentos tipo 'barracões' com 6 camas de beliche de madeira em cada quarto". A cidade se preparava para receber cinco mil operários

[76]SADER, op. cit., p. 87.

[77]Anotações realizadas em caderno de campo, em 29 de dezembro de 2009, acerca de conversa com Chico Severiano e o Sr. Benedito. O primeiro, autor da expressão utilizada no texto, ingressou na CSN nos anos 60 e ascendeu através de cursos internos. O segundo, migrante dos anos 70, trabalhou na Siderúrgica Barra Mansa e após trabalhar em diversas empreiteiras, não se fixou no trabalho industrial, desempenhando atividades em outros setores. Chico, hoje aposentado, na ocasião de nosso encontro trocava os pneus de seu moderno carro na borracharia em que Benedito é borracheiro.

[78]SADER, op. cit., p. 88.

[79]*Jornal Opção*. 6 a 12 de junho de 1976.

contratados por empreiteiras. A reportagem os estigmatizava como seres "acostumados a viver trocando de lugar e obras como se troca de camisas", sem apego familiar, com problemas de solidão e semianalfabetos. A partir da edição de n° 40, de março de 1977, o jornal adotou a figura de um rato, chamado "Ed-imundo", sempre presente nas ilustrações sobre os problemas urbanos, um dos principais temas do jornal.

Naqueles anos, a cidade expandiria ainda mais sua formação urbana concêntrica em torno da CSN, forma que expressava os níveis de distanciamento do centro urbano, ou seja, da área planejada nos anos 40, localizada no centro-sul da cidade[80]. Essa região, que tinha como marco central a Vila Santa Cecília, lugar onde se localizava o imponente Escritório Central da siderúrgica, concentrava os equipamentos urbanos mais importantes (escolas e hospitais, entre outros), possuindo também a melhor infraestrutura urbana. Em torno dessa região residiam a classe média local (técnicos e engenheiros) e as pessoas de maiores rendimentos (diretores e gerentes).

Embora o sudoeste da cidade também tenha sido alvo de um grande crescimento periférico, o norte é que se destacaria como área de ocupações, favelas e piores bairros. Desde o grande afluxo migratório dos anos 50, foi na região norte que a população mais pobre se estabeleceu de forma mais intensa, em especial no bairro Retiro e em suas proximidades. Naqueles anos, aos migrantes pobres restava buscar se instalar nessas regiões recentes, distantes do centro e sem o mínimo de infraestrutura e equipamentos públicos.

Um Grupo de Trabalho, sob a presidência do Coronel Ivan Melo Cavalcanti e formado por representantes da Companhia Habitacional local (COHAB-VR), do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano da cidade (IPPU–VR) e do SAAE (Serviço Autônomo de Água e Esgoto), produziu, em 1979, um documento intitulado "Estudos para uma política habitacional e controle de migrações", no qual a explicação para a proliferação "indiscriminada" de favelas estava diretamente relacionada à figura do "migrante-favelado". Segundo o documento, devido a seus baixos salários, a sua família numerosa e ao comodismo "natural do migrante", eles se colocavam à sombra do poder público através da instalação de seus barracos em qualquer lugar[81]. O GT propôs práticas que coibissem a migração, mas o presidente da COHAB-VR contestou a proposta, afirmando que "a adoção de um mecanismo coibidor da migração de mão-de-obra implicaria a paralisação da CSN"[82].

Com tal quadro estigmatizante, não é de se estranhar os preconceitos existentes entre os trabalhadores, conformados não apenas no mercado de trabalho, mas na vivência do espaço. Segundo Zeomar Tessaro, migrante natural do Espírito Santo, uma percepção comum à época era a de que o "operário da CSN era o primo rico do operariado da

[80]Em pesquisa anterior, realizamos o mapeamento dos bairros surgidos nos anos 70 e da nova geografia social apresentada pela cidade a partir de então. SILVA, Eduardo Ângelo da. *"Arigós" e "peões" na "Cidade do Aço"*: experiências urbanas e fabris, cultura e identidades de classe (Volta Redonda-RJ, 1970-1980). Dissertação (Mestrado em História Social) – PPGH-UFRRJ, Rio de Janeiro, 2010, p. 116-129.

[81]PMVR. *Estudos para uma política habitacional e controle de migrações*. 1979.

[82]Idem.

construção civil", pois "o cara alcançava um status e acabava se achando mais valioso ou mais poderoso"[83]. A segmentação do espaço urbano e do mercado de trabalho geraria fraturas no coletivo de trabalhadores, mas um importante episódio, exemplo da fragmentação existente, apontou como outras identificações estavam em andamento no período. No dia 15 de outubro de 1979:

> Três mil trabalhadores da Construtora Norberto Odebrechet rebelaram-se no final da tarde e quebraram e incendiaram escritórios e refeitórios, apesar da intervenção da Polícia Militar. Os operários desde a manhã vinham assediando a direção da empresa, pedindo aumento da hora de trabalho de Cr$16,20 para Cr$17,80. [...] Um carro da firma de vigilância Rane S.A., foi destruído. [...] Cerca de 500 quilos de comida, que estava pronta no refeitório, foi atirada pelos trabalhadores no córrego Secades, que passa no fundo da firma[84.]

Os alvos escolhidos pelos trabalhadores corresponderam aos elementos que compunham as péssimas condições de trabalho, numa ação de racionalidade própria, que lembra os motins do clássico texto de Thompson[85]. Após esse primeiro momento, os trabalhadores saíram em passeata pela cidade, onde, posteriormente, obtiveram o apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Esse episódio, que ficou conhecido especialmente entre os operários da CSN como a "greve dos peões", não contou com amplo apoio destes, apenas alguns militantes esparsos estiveram presentes. No entanto, as Comunidades Eclesiais de Base e a Igreja local, com a participação do Bispo Dom Waldyr Calheiros, teriam uma presença marcante na mediação do conflito e na organização, durante a greve, de cozinhas para a alimentação dos "peões".

Acreditamos que a clivagem entre "funcionários da CSN" e "peões", assim como a atuação da Igreja progressista naquela greve, foram devidas às diferentes formas de mediação política que aqueles coletivos acabaram construindo através de suas lutas ao longo dos anos ditatoriais. Embora não tenhamos desenvolvido tal questão com profundidade, é possível perceber que a inserção da Igreja foi muito forte nas áreas periféricas da cidade. Em dezembro de 1976, ao ser questionado sobre a construção de uma nova catedral na Vila Santa Cecília, num terreno doado pela CSN, Dom Waldyr Calheiros apontava como meta prioritária "a construção de Capelas e de Salões nos bairros afastados para que aquele pessoal pudesse ser atendido"[86]. Os bairros periféricos seriam os espaços de prioridade da ação da Igreja a partir de então, fato que geraria uma maior identificação e

[83]Zeomar Tessaro, um dos atuais dirigentes do sindicato dos trabalhadores da construção civil da região, em entrevista concedida a Eduardo Ângelo da Silva, em 28 de janeiro de 2009.

[84]*O Globo*. 16 de outubro de 1979.

[85]THOMPSON, E. P..A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. In: *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 150-202.

[86] *Jornal Opção*. 28 de novembro a 4 de dezembro de 1976.

socialização política da população periférica via mediação do discurso religioso. O fato é perceptível no processo de construção das associações de moradores da periferia urbana nos anos 70 e 80[87].

Zeomar Tessaro foi um migrante e trabalhador da construção civil, morador do bairro Siderlândia, situado na parte norte da cidade, que teve suas primeiras experiências políticas via pastorais operárias e movimento estudantil na luta pelo direito ao "passe" escolar, ou seja, pelo acesso aos espaços da cidade. Sua narrativa abaixo demonstra como, a partir da ação da Igreja progressista nos bairros, surge um discurso de oposição à estratificação do coletivo de trabalhadores nos locais de trabalho e moradia:

> [...] o peão, o chamado peão de obra. Um se veste melhor o outro se veste mais inferior e tal, mas eu acho assim, o que mais chocava a gente era na hora do almoço. [...] As pessoas na verdade, elas tinham vergonha. Porque o que elas carregavam na marmita? Arroz e feijão. Então algumas pessoas tinham vergonha dessa realidade. [...] Aí você vai ver que tem várias situações: um tem a família grande e o outro tem a família menor, a casa melhor, o outro vive num lugar mais distante. O preço de sua passagem pode ser mais barata, mas a do outro é mais cara e não tinha vale-transporte. Enfim, são essas coisas que a gente foi procurando equilibrar aquilo. [...] Eu tinha que estar igual a eles, mas eu não queria estar daquele jeito não, eu queria que ele estivesse junto comigo. Quando você quer que as coisas melhorem tem que melhorar pra todo mundo. Por isso não adianta você melhorar sozinho, você vai subir, nego te dá uma porrada e você cai. Esse espírito cristão de querer as coisas em comum é que vai nos levando a fazer com que as coisas possam estar caminhando de acordo com que todo mundo tenha o mesmo direito, façam as mesmas coisas. Quer dizer, é o princípio básico do socialismo mesmo. Então isso é uma coisa que tá na gente[88].

Por outro lado, a tradição de luta por direitos das gerações de operários da CSN, o sentimento de injustiça ante as dispensas de trabalhadores militantes no ano de 1964, as demissões dos mais antigos nos anos 70 e a "indignidade" vivida pelos que permaneceram na usina após as grandes mudanças daqueles anos conformaram a trajetória política desse coletivo em outras bases e com outros sentimentos.

A socialização desse grupo de operários variou entre os anos mais duros da ditadura e os próximos à abertura política. Em meados de 1970, havia um grupo de militantes em torno de um Departamento Trabalhista do Movimento Democrático Brasileiro ou, como era chamado, "MDB trabalhista", criado por operários da CSN perseguidos após o Golpe de 1964 e que contava com a presença de ex-comunistas, opositores da Aliança Renovadora Nacional

[87]Sobre este tema, conferir: SOUZA, Cláudia Virgínia Cabral de. *Pelo espaço da cidade*: aspectos da vida e do conflito urbano em Volta Redonda. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

[88]Zeomar Tessaro, um dos atuais dirigentes do sindicato dos trabalhadores da construção civil da região, em entrevista concedida a Eduardo Ângelo da Silva, em 28 de janeiro de 2009.

e outros participantes que, em sua maioria, haviam sofrido perseguições a partir do Golpe[89]. Esse grupo lutaria pela anistia dos perseguidos políticos e também pela "anistia" dos prejudicados pela empresa, tanto no episódio de 1964 como nos momentos posteriores, quando muitos operários não receberam as devidas indenizações ao "optarem" pelo FGTS. Lideranças desse grupo, mais tarde, participariam da formação da Oposição Sindical Metalúrgica. Com o fim do Ato Institucional N° 5, em 1978, a conquista da Anistia política e a realização da reforma partidária, em 1979, os diferentes espaços de mediação da experiência de classe poderiam melhor interagir.

Esse novo contexto possibilitaria, em 25 de maio de 1981, por exemplo, a realização de um grande ato público contra as mais de 3.000 demissões anunciadas pela CSN que atingiriam desde trabalhadores altamente especializados de subsidiárias da siderúrgica a trabalhadores de empreiteiras contratadas[90]. O ato foi realizado no centro da cidade (Praça Brasil) com a participação de diversas entidades e correntes políticas. Entre os que tomaram a palavra no caminhão de som estavam: representantes das oposições sindicais locais (da construção civil, fundada a partir da "greve dos peões", e da CSN); representantes de outros sindicatos do Estado, em apoio ao ato (de metalúrgicos, dos químicos, etc.); membros da Convergência Socialista; estudantes; representantes do PT; representantes de Comunidades Eclesiais de Base; entre outros[91]. A nova década se descortinava colocando em xeque a "segurança" possível aos qualificados e trazendo a ameaça do desemprego, que seria comum a todos.

A partir de então, os movimentos organizados se aproximariam cada vez mais. Na greve dos operários da CSN de 1984, um ano após a conquista do SMVR pela Oposição Sindical metalúrgica, primeira do ciclo de greves dos anos 80, a participação popular seria marcante. Acreditamos que tal aproximação tenha se dado pelos canais acima expostos, que cruzaram a experiência nos locais de trabalho e moradia. Uma organização nos bairros periféricos, com maior participação da Igreja progressista, estabeleceu conexões, gradativamente, com organizações operárias surgidas em oposição às novas posturas da CSN.

PELA CONSIDERAÇÃO DO ESPAÇO SOCIAL E DA NOÇÃO DE "INSEGURANÇA ESTRUTURAL"

Ao tratar do coletivo de trabalhadores em Volta Redonda, nos dois momentos expostos, procuramos perceber as formas como o espaço social se relacionou com a

[89]Marlene Fernandes, professora e militante sindical nos anos 80, em entrevista concedida a Eduardo Ângelo da Silva, em 15 de fevereiro de 2009.

[90]Tal desemprego seria reflexo da desaceleração do processo de expansão da CSN. *Jornal Opção*. 30 de dezembro a 5 de janeiro de 1980.

[91]Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo: Polícias Políticas no Rio de Janeiro. Notação: 152-B, folha 2.385.

condição de insegurança estrutural dos trabalhadores, informando a conformação de estratégias e identidades que influenciaram as formas de ação política ante outros agentes imersos na dinâmica social. Sem a consideração de tais aspectos, acreditamos que a percepção das ações e identificações coletivas seria de pouca inteligibilidade e criticidade.

Na década de 1950, a imensa quantidade de migrantes que vieram trabalhar na construção da CSN se deparou com uma realidade de precarização urbana e discriminação em face dos moradores locais, adversidade essa que veio a ajudar na formação de uma identidade que se potencializaria ao longo do processo. A abertura política pós-1945 fez com que as organizações dos trabalhadores e suas demandas tivessem maior peso ante as estratégias e ações político-eleitorais, abrindo espaço para articulações interclassistas. Consideramos, assim, a emancipação de Volta Redonda como um exemplo dessa articulação.

A partir dos anos 60, novos migrantes viveriam uma política de diferenciação das condições de trabalho e de grande seletividade, via mercado, na fixação da mão de obra. Em diálogo com os referenciais identitários do período anterior, tais transformações suscitaram percepções culturais que expressariam novas possibilidades de identificação e dispersão dos trabalhadores, presentes na vivência do espaço fábrica-cidade. Se, por um lado, estas percepções hierarquizaram contingentes internos à classe, por outro lado, informaram através da figura dos “peões” a realidade dos novos tempos, tempos de rotatividade e ocupação periférica do espaço urbano. A partir das mediações institucionais construídas, com a ação da Igreja Católica progressista na periferia e a construção de novos espaços de atuação política por parte dos trabalhadores (as Oposições Sindicais, por exemplo), uma visão acerca da condição única compartilhada pela classe trabalhadora local pôde ser construída.

Ao tratarmos de temas inerentes à formação da classe, como industrialização e urbanização, que implicam a consideração de seus condicionamentos econômicos, do conflito político e de suas percepções culturais relacionadas a construções identitárias, ressaltamos que a atenção à dinâmica espacial pode ser determinante numa melhor percepção e qualificação da interação entre essas dimensões na experiência de um determinado coletivo, em sua busca por estratégias e embates estabelecidos para lidar com sua condição insegura.

Recebido em 15/02/2011
Aceito para publicação em 20/02/2011